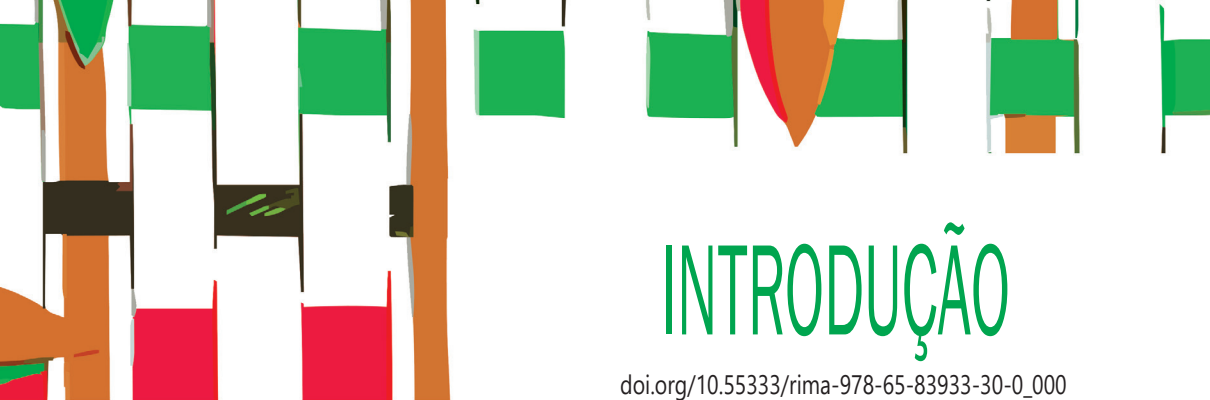




# INTRODUÇÃO

[doi.org/10.55333/rima-978-65-83933-30-0\\_000](https://doi.org/10.55333/rima-978-65-83933-30-0_000)

## DILEMAS E POTENCIALIDADES AMAZÔNICAS: UM DIÁLOGO NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

Este livro reúne um conjunto de reflexões e pesquisas que mergulham na profundidade dos desafios e das potencialidades amazônicas. Partindo da premissa de que não há futuro sustentável sem o protagonismo dos povos da floresta, os capítulos aqui apresentados exploram a riqueza das cosmovisões amazônicas e dos conhecimentos ancestrais como fundamentos indispensáveis para a justiça climática. Argumenta-se que a sabedoria tradicional, forjada ao longo de milênios de convivência simbiótica com a natureza, oferece não apenas uma base ética, mas também soluções práticas e eficazes para a regeneração dos ecossistemas.

A realização da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Belém do Pará, no mês de novembro de 2025, transcende o simbolismo e se consolida como uma pauta nacional de extrema relevância. A decisão de sediar o mais importante fórum de negociação climática do mundo no coração da Amazônia representa um deslocamento geopolítico fundamental — especialmente para as expectativas da região amazônica e para o povo brasileiro. Por décadas, as discussões sobre o clima foram conduzidas nos centros de poder do Norte Global, onde a floresta era frequentemente reduzida a uma abstração: um conjunto de dados sobre sequestro de carbono ou um objeto de políticas de conservação formuladas à distância. A COP30, ao ocorrer em Belém, impõe uma confrontação direta entre a linguagem da diplomacia internacional, por vezes interpretada como asséptica, e a realidade material, social e espiritual da floresta e de seus povos. Este evento não é apenas uma conferência sobre a Amazônia; é uma convocação para

que o mundo aprenda *com* a Amazônia, reposicionando-a de periferia geopolítica a centro de soluções globais.

A Amazônia, coração pulsante do planeta e epicentro dos debates sobre o futuro climático, encontra-se em uma encruzilhada histórica. Longe de ser um mero reservatório de recursos naturais, a região é um mosaico complexo de ecossistemas, culturas e saberes que detém a chave para a construção de um novo paradigma civilizatório. No contexto da emergência climática e às vésperas de sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), a maior floresta tropical do mundo convoca a humanidade a repensar seus modelos de desenvolvimento, propondo caminhos que integram conservação ambiental, justiça social e inovação tecnológica. A trigésima Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a ser realizada em Belém, no estado do Pará, em novembro de 2025, vai além de um mero evento simbólico, configurando-se como uma pauta de relevância nacional para o ano de 2025. A escolha de sediar o mais significativo fórum global de negociação climática no cerne da Amazônia representa uma alteração geopolítica de cunho fundamental – especialmente para as expectativas da região amazônica e para toda a população brasileira.

Por inúmeras décadas, os debates sobre o clima foram predominantemente conduzidos nos centros de poder do Norte Global. Nesses contextos, a floresta era frequentemente simplificada a uma abstração, reduzida a um conjunto de dados sobre sequestro de carbono ou vista como um mero objeto de políticas de conservação formuladas à distância, sem a real compreensão de sua complexidade e da vida que nela pulsa. A COP30 em Belém impõe um confronto direto entre a linguagem da diplomacia internacional, por vezes interpretada como asséptica e descolada da realidade, e a materialidade intrínseca, a dimensão social e a profundidade espiritual da floresta e de seus povos originários e tradicionais.

Este evento não se restringe a uma conferência sobre a Amazônia; é, sobretudo, um chamado imperativo para que o mundo inteiro aprenda *com* a Amazônia. Trata-se de um reposicionamento estratégico que eleva a região de uma periferia geopolítica a um centro irradiador de soluções globais para os desafios contemporâneos. A Amazônia, considerada o coração pulsante do planeta e o epicentro inquestionável dos debates cruciais sobre o futuro climático da humanidade, encontra-se hoje em uma encruzilhada histórica. Longe de ser apenas um vasto reservatório de recursos naturais, a região amazônica é um mosaico intrincado e riquíssimo de ecossistemas diversificados, de culturas ancestrais e de saberes milenares que detém a chave para a edificação de um novo paradigma civilizatório. No contexto urgente da emergência climática global e às vésperas de sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), a maior floresta tropical do mundo emerge como uma voz poderosa, convocando a humani-

dade a uma profunda reavaliação de seus modelos de desenvolvimento. Propõe-se, assim, a exploração de caminhos inovadores que harmonizem de forma indissociável a conservação ambiental rigorosa, a justiça social equitativa e a inovação tecnológica sustentável.

Este volume parte da premissa de que a Amazônia não é um mero reservatório de recursos naturais a ser explorado ou um santuário intocado a ser isolado. Pelo contrário, é um mosaico complexo de ecossistemas, culturas e saberes que detêm a chave para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. Longe de ser um “vazio demográfico”, como concebido pela cartografia colonial, a região é um território profundamente humanizado, moldado ao longo de milênios por uma pluralidade de povos indígenas e comunidades tradicionais que desenvolveram formas sofisticadas de convivência com o meio. É a partir do reconhecimento desse protagonismo que se pode vislumbrar um futuro que integre conservação ambiental, justiça social e inovação tecnológica de forma genuína.

As páginas que se seguem são, portanto, um convite a uma imersão crítica e propositiva na Amazônia contemporânea. Mais do que um diagnóstico das ameaças que a assolam, esta obra é um chamado à ação, um argumento articulado em oito capítulos que defendem que o futuro da região — e, por extensão, do planeta — depende da nossa capacidade de escutar suas vozes, valorizar seus saberes e construir, coletivamente, um modelo de desenvolvimento que celebre a vida em toda a sua diversidade. Este livro é uma intervenção direta no debate climático, oferecendo análises e propostas que buscam responder à convocação que a própria floresta faz à humanidade: a de repensar radicalmente seus modelos de desenvolvimento em face da emergência climática.

A superação da crise climática exige mais do que ajustes tecnológicos ou econômicos; demanda uma profunda reavaliação das premissas filosóficas que sustentam a relação da modernidade ocidental com o mundo natural. O paradigma dominante, fundamentado em uma separação ontológica radical entre natureza e cultura, concebe o mundo não humano como um objeto passivo, um estoque de recursos a ser gerenciado, explorado e, em última instância, dominado. Este livro argumenta que as cosmovisões dos povos amazônicos oferecem um contraponto poderoso e necessário a essa visão de mundo, apresentando não apenas uma base ética alternativa, mas um conjunto de práticas e conhecimentos que constituem verdadeiras ciências da sustentabilidade. Essa abordagem relacional se traduz em resultados de conservação empiricamente verificáveis.

Estudos demonstram consistentemente que os territórios indígenas e tradicionais apresentam, em média, níveis de preservação ambiental superiores aos de áreas sob controle estatal convencional, como parques nacionais. Essa eficácia não deriva

de uma suposta inércia cultural, mas de sistemas de conhecimento complexos que integram observação empírica, espiritualidade e normas sociais para regular o uso dos recursos. A lógica do perspectivismo multinaturalista, na qual não humanos são vistos como sujeitos que percebem a si mesmos como “humanos” a partir de seus próprios corpos e perspectivas, implica uma ética radical de alteridade e respeito que impede a exploração predatória. A caça, a pesca e a agricultura não são meros atos de extração, mas interações sociais e simbólicas com outros seres que demandam permissão e moderação. É a partir dessa base ontológica que o conceito de justiça climática adquire sua dimensão mais profunda.

Como argumentado no primeiro capítulo, a justiça climática não se resume à distribuição equitativa dos ônus e bônus da transição energética ou à compensação das populações mais vulneráveis. Ela exige, fundamentalmente, uma justiça epistêmica: o reconhecimento da pluralidade de saberes e experiências como condição para a equidade nas soluções propostas. A inclusão ativa dos povos da floresta nos processos decisórios das políticas ambientais globais não é, portanto, apenas uma demanda moral ou uma concessão política, mas uma necessidade epistemológica e pragmática. A sabedoria tradicional, forjada em uma longa história de adaptação e resiliência, oferece soluções práticas e eficazes para a regeneração dos ecossistemas, constituindo formas sofisticadas de ciência ecológica que foram sistematicamente marginalizadas pelo pensamento colonial. A crise climática, em sua essência, é um produto da ontologia ocidental que objetificou a natureza; as cosmovisões amazônicas, ao proporem um modelo de mundo onde natureza e cultura são inseparáveis, oferecem não apenas uma crítica, mas uma alternativa viável. Ignorá-las não é apenas uma injustiça; é um erro estratégico na busca por um futuro sustentável.

A transição para um futuro sustentável na Amazônia depende da construção de um novo modelo econômico que valorize a floresta em pé e os rios fluindo, gerando prosperidade para seus habitantes sem destruir a base de sua existência. Nesse contexto, a bioeconomia emerge como um conceito central, prometendo alinhar desenvolvimento econômico com conservação ambiental. No entanto, como os capítulos desta obra demonstram, a mera aplicação de lógicas de mercado e modelos de inovação convencionais aos recursos da sociobiodiversidade corre o risco de perpetuar as mesmas dinâmicas de exclusão e extração que historicamente marcaram a região. Uma sociobioeconomia verdadeiramente transformadora deve ser inclusiva, territorializada e decolonial.

Este livro lança um olhar aprofundado e multifacetado sobre a Região Norte do Brasil, um território de superlativos e contradições. Detentora da maior floresta tropical do planeta e de uma inestimável riqueza sociocultural, a Amazônia é, ao mesmo tempo, palco de desafios históricos que persistem em limitar seu desenvolvimento pleno

e sustentável. Ao reunir análises críticas sobre temas que vão desde as disparidades socioeconômicas e a questão racial até a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade corporativa, esta obra se propõe a ir além do diagnóstico de velhos problemas, apontando para novos caminhos e perspectivas.

A Amazônia, um epicentro de biodiversidade e cultura, encontra-se em um momento crucial de sua história, confrontada com o imperativo de transitar para um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Este novo paradigma econômico deve necessariamente valorizar a floresta em pé e os rios fluindo, reconhecendo-os não como meros recursos a serem explorados, mas como a própria base da prosperidade e existência de seus povos. É nesse cenário complexo que a bioeconomia emerge como um conceito central, prometendo uma harmonização antes inatingível entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. No entanto, uma análise mais aprofundada, como os capítulos desta obra demonstram, revela uma armadilha potencial: a simples transposição de lógicas de mercado convencionais e modelos de inovação padronizados para os recursos inestimáveis da sociobiodiversidade amazônica. Tal abordagem, se não for cuidadosamente calibrada, corre o risco de replicar e perpetuar as mesmas dinâmicas históricas de exclusão social e extração insustentável que há séculos marcam a região, aprofundando as desigualdades e comprometendo a integridade ecológica.

Diante disso, torna-se imperativo que qualquer iniciativa bioeconômica na Amazônia seja moldada por princípios de inclusão, territorialização e descolonialidade. Uma sociobioeconomia verdadeiramente transformadora não pode prescindir da participação ativa e do protagonismo das comunidades locais e dos povos tradicionais, que são os guardiões milenares do conhecimento e da biodiversidade amazônica. Ela deve ser intrinsecamente ligada às realidades e necessidades de cada território, respeitando suas especificidades culturais, ecológicas e econômicas. Além disso, é fundamental que se liberte das amarras de paradigmas de desenvolvimento exógenos e colonialistas, que historicamente impuseram soluções de cima para baixo, desconsiderando as sabedorias e práticas locais.

Este livro, em sua essência, propõe um olhar aprofundado e multifacetado sobre a Região Norte do Brasil. Mais do que uma mera divisão geográfica, a Amazônia é um território de superlativos e contradições vivas. Detentora da maior floresta tropical do planeta, que desempenha um papel insubstituível na regulação climática global, e berço de uma inestimável riqueza sociocultural, expressa na diversidade de seus povos, línguas e tradições, a Amazônia é, paradoxalmente, palco de desafios históricos que persistem em limitar seu desenvolvimento pleno e sustentável. Questões como a concentração fundiária, a violência contra os defensores da floresta, a precariedade

dos serviços básicos e a exploração ilegal de recursos continuam a assolar a região, impondo barreiras significativas ao seu progresso.

Ao reunir análises críticas sobre uma gama diversificada de temas — desde as profundas disparidades socioeconômicas e a intrincada questão racial, que permeia todas as camadas da sociedade amazônica, até a urgente proteção da biodiversidade e os desafios da sustentabilidade corporativa — esta obra se propõe a ir além do mero diagnóstico de velhos e conhecidos problemas. Seu objetivo primordial é apontar para novos caminhos e perspectivas, oferecendo subsídios para a construção de soluções inovadoras e contextualmente relevantes que possam, de fato, conduzir a Amazônia a um futuro de prosperidade compartilhada e conservação duradoura. Isso implica em repensar as relações entre natureza e sociedade, entre economia e ecologia, e entre conhecimento científico e saberes tradicionais, pavimentando o caminho para uma Amazônia que seja simultaneamente pujante economicamente, justa socialmente e equilibrada ambientalmente.

Os capítulos que se seguem mergulham nas complexas dinâmicas que moldam a realidade amazônica. A análise inicial revela um cenário de avanços na produção científica e na pós-graduação, que, entretanto, ainda não são suficientes para superar as profundas desigualdades em infraestrutura e investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), quando comparada a outras regiões do país. Essa vulnerabilidade abre espaço para práticas predatórias, como a biopirataria, cujo enfrentamento jurídico expõe as dificuldades em proteger o vasto patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais da região.

O capítulo “Região Norte: Novos Olhares, Velhos Problemas” traça um diagnóstico da Região Norte, evidenciando um paradoxo: apesar dos avanços na produção científica e na expansão da pós-graduação entre 2014 e 2023, persistem desafios históricos como a precariedade da infraestrutura, as disparidades educacionais e os baixos investimentos em CT&I. Embora os dispêndios estaduais tenham crescido, a desigualdade em relação a outras regiões do Brasil ainda é significativa. O estudo defende que a descentralização de recursos e a integração de políticas públicas são cruciais para a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Na sequência, a obra investiga os impactos da ocupação humana em ecossistemas sensíveis, como as áreas úmidas de Macapá, demonstrando como a ausência de um planejamento urbano sustentável agrava problemas ambientais e sociais. Nesse contexto, a dimensão humana é central: a questão racial é abordada como elemento estrutural dos modelos de desenvolvimento, evidenciando que não é possível construir uma sociedade justa sem reconhecer e valorizar a diversidade étnica que constitui o povo amapaense.

O capítulo “Tutela Jurídica Brasileira no Combate à Biopirataria na Amazônia” analisa a fragilidade do ordenamento jurídico nacional no enfrentamento à biopirataria, prática que remonta ao período colonial e persiste devido ao alto potencial de retorno financeiro da exploração indevida do patrimônio genético e dos saberes tradicionais. A análise da Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015) revela que, apesar dos avanços normativos, os desafios para uma proteção eficaz permanecem, resultando em significativos prejuízos econômicos e ambientais para a região.

No estudo de caso “Análise dos Impactos Ambientais em Áreas Úmidas”, a pesquisa foca na cidade de Macapá (AP), investigando os efeitos da ocupação desordenada das ressacas e da gestão inadequada de resíduos sólidos. Conclui-se que a falta de integração entre os pilares social, econômico e ambiental limita a efetividade do Plano Diretor Participativo, comprometendo a proteção desses ecossistemas frágeis.

O artigo “Questão Racial e Desenvolvimento Regional na Amazônia Amapaense” discute como a negação das histórias e das aspirações de grupos étnico-raciais — especialmente negros e indígenas — impacta o desenvolvimento regional no Amapá. Defende-se que um projeto de desenvolvimento verdadeiramente inclusivo deve ir além da dimensão econômica, valorizando a diversidade cultural, a identidade e a memória como elementos centrais da justiça social e da qualidade de vida.

Buscando soluções concretas, os capítulos seguintes exploram instrumentos jurídicos e de mercado voltados à sustentabilidade. Destacam-se as Indicações Geográficas (IGs), como a Denominação de Origem “Matas de Rondônia” (para o café) e a Indicação de Procedência “Tomé-Açu” (para o cacau), apresentadas como estratégias de valorização da biodiversidade e de fortalecimento de economias locais. O estudo demonstra que, embora produtores já adotem Sistemas Agroflorestais (SAFs), a documentação técnica das IGs ainda carece de robustez para ampliar seu potencial de valorização nos mercados nacional e internacional. Da mesma forma, as Marcas de Certificação alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são analisadas como ferramentas promissoras, embora ainda apresentem baixa aderência explícita aos ODS, especialmente aos de erradicação da pobreza (ODS 1), consumo responsável (ODS 12) e trabalho decente (ODS 8).

O capítulo “*Retrofit* como Ferramenta de Sustentabilidade para Edificações Construídas no Amazonas” propõe soluções no ambiente construído, examinando edificações do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). As análises e entrevistas realizadas revelam que as construções existentes não atingem os critérios mínimos de sustentabilidade. O estudo propõe o *retrofit* (reabilitação tecnológica) como estratégia viável para aprimorar a eficiência energética e o conforto ambiental, adaptando edificações às condições locais e aos princípios sustentáveis.

Encerrando o percurso, “Natura e a Agenda ESG na Amazônia: Desafios, Estratégias e Lições para a Sustentabilidade Empresarial” analisa a atuação da empresa na região à luz da agenda ESG (Ambiental, Social e Governança). O estudo reconhece os avanços do Programa Amazônia no fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e na conservação de milhões de hectares de floresta, mas também evidencia as tensões entre os compromissos socioambientais e as pressões mercadológicas de curto prazo, além da ausência de políticas públicas de apoio e da fragilidade da governança territorial.

Em seu conjunto, a obra oferece uma contribuição essencial para repensar o futuro da Amazônia. Ao conectar temas aparentemente distintos, revela a indissociabilidade entre proteção ambiental, justiça social, inovação e governança. Mais do que um diagnóstico, este livro constitui um chamado à ação, alinhado às demandas da sociedade civil para a COP30, que incluem: a demarcação de territórios indígenas e tradicionais; a garantia de uma transição energética justa e popular; e o fortalecimento de sistemas alimentares baseados na agroecologia e na soberania alimentar.

Acreditamos que o futuro da Amazônia — e, conseqüentemente, o equilíbrio climático global — depende da capacidade coletiva de transformar essas demandas em políticas públicas concretas e eficazes. A floresta não deve ser vista como um problema a ser resolvido, mas como uma fonte de soluções e sabedoria ancestral a ser escutada, respeitada e protegida.

Que as reflexões aqui reunidas inspirem a coragem, a sensibilidade e a sabedoria necessárias para construir um modelo de desenvolvimento que celebre a vida em toda a sua imensa e sagrada diversidade, garantindo um futuro justo, próspero e equilibrado para as próximas gerações.

*Os organizadores*